



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil

NOV 2018 • vol. 14 n. 2



**Soberania alimentar
e diversidade
biocultural**

ISSN: 1807-491X

Revista **Agriculturas: experiências em agroecologia** v.14, n. 2

Revista **Agriculturas: experiências em agroecologia** é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, um projeto editorial executado no âmbito da Rede AgriCulturas (AgriCultures Network) www.agriculturesnetwork.org

Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Universidade Federal de Viçosa

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Produção executiva – Adriana Galvão Freire e Bruno Prado

Assistência de edição - Rosa Peralta e Bruno Prado

Editor Convidado – Renato S. Maluf

Base de dados de assinantes – Jandira Batista Santos

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Jair Guerra Labelle

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Ana Carolina Bergallo

Projeto gráfico e diagramação – Igmás Comunicação Integrada

Impressão: Reproset

Tiragem: 1.000

A revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é apoiada pelo Pão para o Mundo - Serviço Protestante para o Desenvolvimento

ACESSE:
www.aspta.org.br/agriculturas

SUMÁRIO

EDITOR CONVIDADO • Renato S. Maluf

ARTIGOS

04

**ENTRE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA: O CULTIVO DO
FEIJÃO PRETO GRAÚDO POR UMA GUARDIÃ
DE SEMENTES CRIOULAS**

Milena Regina Mussoi e Mônica de Caldas Rosa dos Anjos

07

**O CONHECIMENTO DAS MULHERES COMO RAIZ DA
SOBERANIA ALIMENTAR NA COREIA DO SUL**

Hyo Jeong Kim

12

**FEIRAS KRAHÔ DE SEMENTES TRADICIONAIS:
PROMOVENDO A SOBERANIA ALIMENTAR E A
CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE**

Clara Sales de Moraes, Terezinha Aparecida Borges Dias e
Mônica Celeida Rabelo Nogueira

16

**AGRICULTURA ÉTICA NO COMBATE À
EXPLORAÇÃO E AO RACISMO**

Ibrahim Diabaté e Nino Quaranta

21

**AGRICULTURA COMO ATO DE RESISTÊNCIA
CIDADÃ NA GRANDE ISTAMBUL**

Sevgi Ortaç

24

**OS MERCADOS ALIMENTARES DA REFORMA
AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL**

Estevan Felipe Pizarro Muñoz e Paulo André Niederle

28

**POR NORMAS SANITÁRIAS MAIS JUSTAS E
INCLUSIVAS – EM DEFESA DA COMIDA COMO
PATRIMÔNIO E DA SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Juliana Dias, Mônica Chiffolleau, Rosângela Pezza Cintrão,
Vanessa Schottz e Juliana Casemiro

33



PRODUÇÃO, PARTILHA E CONSÚMO DE ALIMENTOS EM DEFESA DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

■ Renato S. Maluf (*)

A presente edição da revista *Agriculturas*, que tenho o prazer de apresentar, aborda os muitos entrelaçamentos da Agroecologia com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Oferece aos seus leitores um apanhado de experiências e iniciativas cobrindo os mais variados aspectos desse entrecruzamento, conforme eles se manifestam em diferentes contextos socioespaciais. Ainda mais do que isso, observo que esse apanhado contém exemplos de como os alimentos e a alimentação podem constituir referências unificadoras de indivíduos e organizações engajados em dinâmicas virtuosas que confrontam injustiças, mazelas e ameaças de distintos tipos em nossas sociedades. São iniciativas que, tendo a produção, o consumo e/ou a partilha de alimentos como impulsionadores, enfrentam desigualdades sociais, danos ambientais e à saúde, disputas pelo espaço rural ou urbano, as várias formas de violência associadas ao patriarcado e ao racismo, entre outras adversidades, conforme o cenário em que estão inseridas.

Convém esclarecer, desde logo, o uso que faço da expressão soberania e segurança alimentar e nutricional, consagrada em vários meios, ainda que não isenta de controvérsia. Sabe-se que o conceito de soberania alimentar emergiu, internacionalmente, para se contrapor às definições e aos usos de *segurança alimentar* adotados em um contexto de avanço das grandes corporações facilitado, e mesmo estimulado, pela retração de governos e órgãos reguladores nacionais e internacionais captu-

rados pela ideologia neoliberal. Cumpre ressaltar que no Brasil a construção conceitual de segurança alimentar e nutricional incorporou, ao longo de sua trajetória, esse enfoque diferenciado – e difundido para vários países –, dialogando, sem muitos contenciosos, com a noção da soberania alimentar. De tal modo que alguns importantes atores sociais terminaram por fundir ambas as referências na expressão *soberania e segurança alimentar e nutricional* que, junto com o direito humano à alimen-

tação, constituem as principais bandeiras de mobilização desse campo social no Brasil. Assim o fazem o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

O formato curto e objetivo dos relatos de experiências nesta edição facilita a leitura direta dos mesmos, tornando dispensável uma apresentação detalhada. Entre as quatro experiências brasileiras selecionadas para este número, duas dizem respeito à questão crucial da conservação ou recuperação de sementes tradicionais ou crioulas. Não há como deixar de mencionar que a SSAN dos povos indígenas depende, decisivamente, do respeito ao direito à terra e ao patrimônio, o que, no Brasil, está longe de se cumprir em sua plenitude. Daí a importância de iniciativas como as feiras da etnia Krahô de trocas de sementes tradicionais, que se orientam pela conservação na roça da agrobiodiversidade, perspectiva também presente em políticas públicas destinadas a fortalecer sistemas agrícolas locais, embora tenham alcance limitado devido à carência de recursos e capacitação técnica. Nesse sentido, é digno de nota o envolvimento da Embrapa em processos aos quais não estamos acostumados a associar a empresa, neste caso, o de possibilitar o acesso dos povos indígenas ao seu banco de germoplasma para recuperar sementes tradicionais nele conservadas.

Já a segunda experiência relata a história, notável e encantadora, do cultivo de feijão preto graúdo por uma guardiã de sementes crioulas em Laranjeiras do Sul (PR). Notável é o sentido de resistência do *fazer sozinho* durante pelo menos 55 anos, seguindo a tradição familiar e o conhecimento empírico nela adquirido. Claro que outras e outros foram se juntando a esse esforço e compartilhando seus benefícios. Essa é a parte encantadora da história, em que aparecem os hábitos enraizados de *guardar* a semente, de doá-la numa *rede familiar de guardiãs* e de não admitir a falta do feijão na mesa da família. O ativo envolvimento de mulheres na conservação da agrobiodiversidade é ilustrado igualmente no artigo que apresenta a inspiradora iniciativa de resgate de sementes tradicionais por parte de camponesas da Coreia do Sul.

O artigo que narra uma experiência na cidade de Porto Alegre (RS) enfoca a construção social de mercados e analisa as estratégias diversificadas de comercialização de alimentos agroecológicos adotadas por assentados da reforma agrária vinculados ao MST. As referidas estratégias combinam a inserção em três tipos de mercados conforme classificação dos autores do relato: a) feiras livres, comércio virtual e organização de consumidores; b) criação de ponto varejista e participação em eventos; c) venda para supermercados e minimercados. Cada modalidade envolve lógicas e escalas distintas, que implicam manter relações de naturezas distintas com consumidores cujos perfis são igualmente distintos. Não é fácil responder à pergunta sobre ser possível articular tais estratégias e explorar complementaridades, mas a resposta certamente deveria incluir uma avaliação das contribuições para promover a SSAN.

Como se pode notar, a interação entre produção (produtores) e consumo (consumidores) é sempre complexa, porém decisiva e, sendo assim, constitui um desafio quase secular enfrentado por todas as proposições que procuraram se diferenciar, de algum modo, dos padrões e tendências dominantes na produção e consumo de alimentos. Estes últimos também se defrontam com esse desafio, porém, com enorme poder de indução dos recursos que mobilizam.

Por fim, a quarta experiência brasileira aqui relatada joga luz sobre um debate crucial que vem sendo travado no país a respeito das normas sanitárias vigentes. O artigo traz uma síntese de reportagem realizada pelo FBSSAN sobre episódios relacionados com as normas sanitárias no Brasil e as reivindicações por sua modificação na direção de uma legislação mais justa e favorável à produção artesanal de base familiar, que respeite valores culturais e se contraponha a uma padronização do gosto. Hoje, a produção alimentar com esse perfil se encontra em permanente ameaça de penalização e mesmo extinção, devido à aplicação punitiva de uma legislação que favorece a produção em maior escala de produtos industrializados e ultraprocessados.

**NÃO HÁ COMO
DEIXAR DE
MENCIONAR
QUE A SSAN DOS
POVOS INDÍGENAS
DEPENDE,
DECISIVAMENTE,
DO RESPEITO AO
DIREITO À TERRA
E AO PATRIMÔNIO,
O QUE, NO BRASIL,
ESTÁ LONGE DE
SE CUMPRIR EM
SUA PLENITUDE.**



A PREMISSE É QUE A SOBERANIA ALIMENTAR EXTRAPOLE A SUA CONDIÇÃO DE BANDEIRA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA DOS POVOS DO CAMPO DE MODO A FAZER SENTIDO PARA O CONJUNTO DA SOCIEDADE...

Para completar essa visão geral sobre as experiências aqui apresentadas, vou mencionar dois outros relatos muito interessantes provenientes de outros países. Em um deles vemos a agricultura urbana como ato de resistência à especulação imobiliária na cidade de Istambul (Turquia). Trata-se de uma manifestação do recente movimento pela soberania alimentar naquele país impulsionado por um coletivo formado por consumidores e produtores. O objetivo da iniciativa é estabelecer convergências entre a perspectiva de oferecer produtos locais à população e a defesa das hortas e pomares (*bostans*), que sempre compuseram a paisagem da área central de Istambul. É digno de nota o elo que o projeto em torno dos alimentos e da alimentação criou entre ativistas pela democratização das áreas urbanas e pelo direito à cidade, coletivo esse, aliás, oriundo das recentes mobilizações sociais na Turquia contra a apropriação privada lucrativa de espaços públicos.

A segunda experiência apresenta a problemática dos trabalhadores migrantes empregados na produção de alimentos na Europa que, além das péssimas condições de vida, estão submetidos a ameaças de cunho racista. A iniciativa em questão se desenvolve na cidade de Rosarno (Itália), reunindo os referidos trabalhadores agrícolas com pequenos produtores de alimentos locais que também vivem e produzem sob condições adversas. O propósito é o de promover uma agricultura ética, diversificada, orgânica e com preços justos, voltada para as pessoas.

Muitas questões emergem das ricas e instigantes experiências que compõem esta edição de *Agriculturas*. Para além do seu conteúdo de denúncia, os textos estimulam a reflexão sobre possibilidades e desafios ainda por serem mais bem compreendidos. Sendo o foco, aqui, os entrelaçamentos da Agroecologia com a promoção da SSAN, finalizarei a apresentação ressaltando duas dessas questões.

A primeira diz respeito às iniciativas de âmbito local que se proliferam em todos os cantos do mundo, formando um vasto caleidoscópio de intentos contra-hegemônicos, em face dos

sistemas alimentares dominantes. Sua relevância é indiscutível e, sem dúvida, apontam caminhos de incidência na política dos alimentos. Cabe-nos avaliar os alcances das escolhas e estratégias em termos de transformação da realidade agrícola e alimentar em suas dimensões socioespaciais, econômicas, territoriais, ambientais, culturais e políticas.

Esse pode ser um parâmetro melhor para entrar no debate do tema das escalas que pode alcançar ou nas quais se pode pensar a Agroecologia, debate bastante intenso que aparece sob vários ângulos. Minha segunda questão é, justamente, abordar o tema da escala em termos da correspondência aos e preenchimento dos requisitos da SSAN. A premissa é que a soberania alimentar extrapole a sua condição de bandeira política de resistência dos povos do campo de modo a fazer sentido para o conjunto da sociedade, sem perder aquele importante e necessário atributo que está na sua própria origem. É preciso, assim, seguir desenvolvendo essa noção conceitualmente, o que significa estender a discussão sobre modelos de produção e de relação com a natureza para abranger a dimensão do acesso e consumo dos alimentos e dos direitos aí envolvidos. Nesses termos, embora soberania alimentar não seja sinônimo de Agroecologia, como às vezes fica subentendido quando ela se esgota na discussão de modelos ou métodos agroecológicos de produzir alimentos, as possibilidades da Agroecologia (nelas incluídas o tema das escalas) podem e devem, isto sim, ser avaliadas à luz dos preceitos da SSAN.

Estou certo de que as leitoras e leitores sairão enriquecidos com os relatos das iniciativas selecionadas para esta edição temática da revista.

RENATO S. MALUF

Professor Titular do CPDA/UFRRJ, onde coordena o Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nacional. Integra também a Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).



ENTRE PRODUZIR E REPRODUZIR A VIDA: O CULTIVO DO FEIJÃO PRETO *GRAÚDO* POR UMA *GUARDIÃ* DE SEMENTES CRIOULAS

■ Milena Regina Mussoi e Mônica de Caldas Rosa dos Anjos

A

s sementes crioulas marcam a identidade de povos tradicionais e originários, configurando um meio de afirmação e legitimação de modos de produzir e reproduzir a vida. No manejo e na conservação das sementes crioulas, revelam-se saberes e práticas constitutivos do *ser* e da identidade de famílias, socializados entre gerações. No contexto atual, as sementes crioulas também empoderam as famílias agricultoras na defesa da soberania alimentar, em um movimento de resistência frente às práticas impostas pelo sistema agroalimentar hegemônico.

Até que eu puder eu faço. Quando não puder mais, os outros que façam [...] Porque a gente gosta da semente, porque se parar de guardar, termina, não é?... (Hortência Henrique Mussoi, 2017)

Essa fala retrata a perseverança da agricultora Hortência Henrique Mussoi¹ em conservar suas sementes, cuja importância se traduz na manutenção da tradição alimentar e cultural. Nesse sentido, buscou-se compreender as histórias relacionadas à semente crioula de feijão, variedade conhecida localmente como *graúdo*, bem como as estratégias de produção e reprodução da semente, ano após ano. Hortência, agricultora no município de Laranjeiras do Sul, no Paraná, é guardiã dessa variedade há 55 anos.

O resgate da história ocorreu inicialmente por meio de acompanhamento informal do trabalho de manutenção da semente por Hortência, avó da autora principal, e, na sequência, por conta das atividades realizadas no projeto de extensão *Resgatando saberes e práticas: aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos*, coordenado pela coautora. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a guardiã e outras pessoas envolvidas na conservação da semente crioula, como suas filhas e filhos, além de pesquisas em referenciais teóricos sobre a temática.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE

No que tange ao agregar de saberes e práticas envolvidos na manutenção da semente crioula, importa considerar o papel

¹ Dedicatória: Dedico este artigo à memória de Hortência Henrique Mussoi, pelo pesar de seu falecimento no período em que o presente artigo se encontrava em processo de avaliação para publicação. O texto original mantém-se preservado, como se ela ainda estivesse presente, para que as lembranças de sua história de luta pela soberania alimentar permaneçam vivas e indelévels. Querida avó, o seu legado e exemplo de mais puro amor pela terra e pelo trabalho de nela plantar, cultivar e colher manterão a sua vitalidade, sua presença e sua luz em mim.

fundamental exercido pelas mulheres. Hortência, guardiã, agricultora e mulher, recebeu as sementes pela primeira vez em 1962, das mãos de outra mulher, uma parteira que viajou do norte do Paraná para sua casa, para estar presente no parto de um de seus filhos. Esse relato se justifica ao considerar que na produção mundial de alimentos as mulheres foram (e são) originalmente as protagonistas, devendo-se a elas a maestria no que se refere à conservação e ao manejo da agrobiodiversidade, de forma holística e multidimensional (SILVA; OGLIARI, 2015).

A história veio lá do norte do Paraná... a mulher que trouxe de lá e me deu a... um comecinho... quando eu ganhei o Diogo, veja quantos ano faz! Era a parteira... daí quando eu plantei, plantei na beira da cerca assim... acho que umas dez ou quinze cova... na beira da cerca, terra ruim ainda... e deu, já deu um punhadinho mais... era umas cova só. Mas cada grão dá um punhadinho. Então já deu um quilo mais ou menos daquelas cova. Depois daquelas cova, no outro ano eu plantei tudo, deu um galão... desses de vinte litro quase cheio e já deu pra comer um pouco... daí depois daquele galão, eu sempre fui plantando, cada vez mais... plantava que já dava pro gasto, repartia com um, com outro. Do mesmo feijão. E agora, até agora, eu dei pra uns, mas muitos não cuidam, agora o Arno que tem trazido, de lá, um tanto. (Hortência Henrique Mussoi, 2017)

O interesse de Hortência pela semente² envolveu a facilidade de cultivo, a produção em aproximadamente 60 dias, o cozimento rápido, além do sabor e da textura dos grãos e caldo, o que muito agradou o seu paladar e o de seus familiares.

² As características da semente podem ser encontradas na referência: **Sementes da Paixão**. Catálogo das sementes crioulas da Borborema (DIAS; PORFÍLIO; FREIRE, 2016).



Historicamente as mulheres assumiram o protagonismo na conservação e no manejo da agrobiodiversidade

A vida inteira nós comemos esse feijão. Não lembro nunca de ter outro feijão na mesa. Sempre foi esse [...] Colhia o suficiente pra criar os nove filho e sempre tinha o feijão... mas todo dia tinha feijão na mesa, isso era sagrado, se cozinhava um dia sim, um dia não, por exemplo, mas todo dia tinha feijão na mesa. (P3, 2017)

Dentre as práticas de manutenção e multiplicação da semente, destaca-se o processo de seleção realizado para garantir o plantio no ano posterior. Conforme relatos, *guardar para semente* significava guardar para o plantio, e não para consumo. A cada colheita, Hortência selecionava as melhores sementes, para que a produção fosse continuamente melhorada.

[...] ela, mesmo sem conhecimento técnico, mas ela já adotava que as semente melhor tinha que deixar pra plantar, sabe... tem muita gente que pega, não, *essas mais ruim eu planto*, não é, ela procurava a melhor semente, pra produzir melhor.... então ela já tinha essas técnica aí sabe. Ela aprendeu com os avós dela, e pai dela, selecionar a melhor semente. (P2, 2017)

Nas entrevistas, é recorrente a fala de que a guardiã não possuía *conhecimento técnico* e que seus saberes foram adquiridos empiricamente e incorporados intergeracionalmente com seus familiares de origem camponesa e indígena. Essa sabedoria, que possui estreita relação com a natureza, também se evidencia no esquema de plantio conforme as fases da lua e estações do ano.

O certo é de plantar o feijão é na lua cheia [...] de agosto a outubro... sempre na lua cheia. (Hortência Henrique Mussoi, 2017)

O plantio do feijão realizado no mês de setembro, com a colheita em dezembro, foi denominado de *plantio no cedo*, enquanto o plantio em janeiro, com a colheita em março, denominado de *plantio no tarde*. O respeito às épocas possibilitava o ciclo completo da planta, com a formação dos grãos antes do período de multiplicação de insetos coleópteros da família *Coccinellidae*. Respeitar as épocas da natureza também significava manter o ambiente equilibrado.

Nesse mesmo sentido, de modo a não gerar o empobrecimento do solo e, assim, amiar a semente, os relatos destacaram a importância da realização da rotação de culturas, com os gêneros alimentícios sendo intercalados nos espaços, a cada nova safra. O plantio ocorria apenas com o auxílio de uma cavadeira manual, típico de uma produção voltada para o consumo familiar, também sendo criteriosamente planejado com relação aos espaços na propriedade. Para evitar possíveis alterações pelo cruzamento entre as sementes, a parcela de produção do feijão era separada dos demais espaços de cultivo.

É um feijão puro, um feijão sem agrotóxico, um feijão sem mistura, não é semente modificada, não, é um feijão natural dela, então eu acho que é uma maneira dela manter uma tradição, manter um gosto, a vida inteira. (P4, 2017)

As sementes selecionadas para o próximo ano eram guardadas em garrafas ou sacos fechados, sendo conservadas, apropriadamente, com o auxílio de folhas de louro e pimenta do reino. Hortência, sempre zelosa, guardava as sementes visando à alimentação da família para o ano seguinte. E, somente depois de todo esse processo, as sementes que sobravam eram destinadas *para o gasto*, sendo preparadas e consumidas pela família.

Hortência fazia doações das sementes a pessoas da região e a seus familiares de outras regiões, quando vinham visitá-la. A prática da doação das sementes foi constante e possibilitou não só que outras pessoas se beneficiassem da produ-

O PLANTIO DESSA
VARIEDADE DE
FEIJÃO, ANO
APÓS ANO,
DURANTE 55 ANOS,
CARACTERIZA-SE
COMO UMA
TRADIÇÃO,
EM QUE SE
CONSERVAM AS
RAÍZES CULTURAIS,
OS SABERES
E AS PRÁTICAS
ENVOLVIDAS NA
SUA MANUTENÇÃO.

ção e do consumo dessa variedade, mas também a disseminação das sementes, evitando sua perda. Não raras vezes, Hortência recebia, em troca da doação de suas sementes, variedades de alimentos trazidas por pessoas que também buscavam manter viva as sementes que guardavam.

Quando a mãe doava o feijão, a mãe recebia com certeza um milho especial pra milho verde, ou vinha uma melancia de tal lugar, ou vinha uma abóbora diferente, tudo que era novidade, digamos assim, que alguém conseguia, trazia um punhado de semente pra não se perder. (P1, 2017)

O plantio dessa variedade de feijão, ano após ano, durante 55 anos, caracteriza-se como uma tradição, em que se conservam as raízes culturais, os saberes e as práticas envolvidas na sua manutenção. Durante todo esse tempo, a história dessa semente de feijão permanece viva na medida em que garante a alimentação dessa e de outras famílias, que se envolvem e se envolveram no cultivo da semente, movidas por rela-

ções de solidariedade. Uma verdadeira rede de guardiãs e guardiões que abrange pessoas que integram a família Mussoi, bem como famílias agricultoras, famílias assentadas da reforma agrária, além de outras pessoas oriundas de várias regiões do Brasil, que receberam, das mãos de Hortência, as sementes para cultivar.

Seria o bem da coletividade você querer que todo mundo tenha, divulgar. E exatamente essa, não o feijão em si, mas essa cultura de você ter várias, distribuir a semente pra que as outras, que você sabe que gostam do cultivo, do artesanal, eu também guardei pra mim e faço isso... entrego as mudas prontas ou entrego a semente. Pra não se perder. Favorecer, beneficiar os outros e [...] o retorno é praticamente imediato, é a lei do retorno, quando você dá, a outra pessoa vai lembrar de você e quando ela tiver uma semente diferente, você consegue. (P1, 2017)

Neste momento, em que Hortência não consegue realizar as atividades de produção, em função de seus 87 anos de idade, a rede, constituída por ela, se torna fundamental na continuidade dessa tradição, em especial, os membros mais próximos de sua família, cultivando anualmente a semente de feijão, em respeito à guardiã, como compromisso de cultivar e zelar por essa variedade.

Hortência destaca, com tristeza, que são poucas as pessoas interessadas na guarda e na manutenção das sementes crioulas. Esse desinteresse traz como consequência a perda da soberania alimentar, uma vez que favorece a expansão de um sistema agroalimentar que distancia as pessoas da produção de alimentos, expondo-as ao consumo de alimentos cuja procedência desconhecem. Apesar dessa situação, a agricultora reforça a importância de preservar a sua produção familiar, mantendo seu foco naquilo que possibilita sua autonomia em relação às escolhas alimentares.

Além da produção para garantir a alimentação da família, a relevância das sementes crioulas está no resgate das histórias de pessoas e na *conservação das raízes*, preservando saberes e práticas tradicionais envolvidos em sistemas que consideram a terra como fundamental para a produção e a reprodução da vida.

Existe provavelmente ainda muita planta que pode ser resgatada, num sistema mais antigo de produção, que essas pessoas que iniciaram esse cultivo e que guardaram essa semente, elas têm um carinho tão grande por isso que a qualidade provavelmente é muito superior às geneticamente modificadas ou às plantas... variedades novas surgidas por pesquisas recentes. Essa aí já vem com tradição de clima, adaptada pra região, cada região deve ter suas culturas específicas, uma questão de gerações. (P1, 2017)

O importante aí é o seguinte, que os próprios órgãos governamentais olhassem pra esse lado, sabe... que os produtos assim, incentivo maior à produção orgânica, e se tiver que tratar desse lado transgênico, que seja dispensado uma atenção maior, sabe, da área técnica, em cima, isso aí, e que eles se empenhassem mais em fazer com que esses produtos viessem ao encontro dos interesses dos pequenos produtores, porque o grande produtor, nós já sabemos, que vão sempre pro lado do transgênico. E os pequenos produtores são nossa segurança, nossa esperança. (P2, 2017)

A sistematização de saberes e práticas ligadas à manutenção de uma semente crioula configura uma importante referência na luta pela soberania alimentar, permitindo a documentação das ações envolvidas na produção e na multiplicação da semente,

as trocas de conhecimentos, a divulgação a um número maior de pessoas e a manutenção de histórias de vida. Fruto disso é a compreensão de que o resgate de saberes e práticas se posiciona como resistência frente a um sistema que tende a sufocar as sabedorias tradicionais, para dominar e aprisionar com suas práticas, munidas de capital. Em uma abordagem da defesa da soberania alimentar, revela-se a necessidade de devolver a voz às populações que representam a luta pela manutenção da biodiversidade, do equilíbrio dos ambientes, da construção e da socialização de sabedorias originárias, do respeito e da interação com as diferentes formas de existência da vida.

Hortência, por meio do cultivo e da guarda da semente crioula de feijão *graúdo*, contribui para a soberania alimentar, permitindo compreender a relevância dessa variedade para a subsistência de uma família. A semente como base da alimentação e da tradição, alicerçando histórias e memórias afetivas, por meio da produção e do consumo desse alimento.

MILENA REGINA MUSSOI

Nutricionista

milenamussoi@gmail.com

**MÔNICA CALDAS
ROSA DOS ANJOS**

professora do Departamento de
Nutrição da Universidade Federal do
Paranámonica.anjos@ufpr.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DIAS, E.; PORFÍLIO, A.; FREIRE, A. G. **Sementes da Paixão**. Catálogo das sementes crioulas da Borborema. Esperança: AS-PTA, 2016.

SILVA, N.C.A.; OGLIARI, J.B. Milho pipoca: mulheres agricultoras conectando o passado e o presente no Extremo Oeste de Santa Catarina. **Revista Agriculturas**, v.12, n.4, p. 31-36, Dez. 2015.

O CONHECIMENTO DAS MULHERES COMO RAIZ DA SOBERANIA ALIMENTAR NA COREIA DO SUL

■ Hyo Jeong Kim

Mulheres agricultoras assumem historicamente o protagonismo como guardiãs da agrobiodiversidade



Fotos: Hyo Jeong Kim

A Associação Camponesa de Mulheres Coreanas (KWPA, na sigla em inglês) lidera o movimento de soberania alimentar da Coreia do Sul. Fundada em 1989, a associação reúne centenas de grupos de mulheres agricultoras. Sua atuação centra-se na troca de conhecimentos e experiências entre as mulheres de diferentes gerações. Por meio desse intercâmbio de saberes, a geração mais velha compartilha seu conhecimento adquirido ao longo da vida, enquanto a nova geração de agricultoras desafia os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na agricultura. Esse é um bom exemplo de como o conhecimento tradicional das mulheres é um ingrediente crucial para a Agroecologia e a soberania alimentar.



movimento de soberania alimentar da Coreia do Sul está enfrentando uma luta colossal. O país está despontando como um dos maiores importadores mundiais de alimentos produzidos em lavouras transgênicas. Além disso, o atual governo tem como objetivo produzir e vender culturas transgênicas, incluindo um dos gêneros alimentícios mais importantes para o povo coreano: o arroz. A industrialização acelerada, combinada com a pressão dos mercados globais de alimentos, vem afetando profundamente a agricultura sul-coreana. A porcentagem da população dedicada à agricultura passou de 50% para menos de 7%, e um quarto da área agrícola do país desapareceu desde a década de 1970, quando as tecnologias da Revolução Verde começaram a ser promovidas. Os agricultores que restaram foram forçados a participar de projetos de modernização agrícola que negligenciam seus conhecimentos e habilidades tradicionais, priorizando técnicas agrícolas que requerem um aporte intensivo de insumos.

O CONHECIMENTO DAS AVÓS

Tais mudanças na agricultura sul-coreana tiveram um impacto diferenciado sobre as mulheres. Como resultado da sociedade patriarcal do país, muitas mulheres não têm acesso ao capital e aos recursos da terra. Além disso, elas foram marginalizadas dos processos de formulação de políticas econômicas e sociais.

Como tudo na vida, sempre há um lado positivo: justamente por serem excluídas da pressão *modernizadora* do governo, muitas mulheres seguiram praticando a agricultura de pequena escala com base em técnicas tradicionais. Embora sigam lutando para acessar os mercados para seus produtos, essas práticas são essenciais para a economia informal.

A maioria dessas mulheres tem agora mais de 60 anos de idade. São conhecidas como *hal-mo-ni* (avós, na língua nativa). Elas sabem como produzir, processar e conservar alimentos, bem como fabricar roupas e construir abrigos. Além disso, detêm o conhecimento e as habilidades necessárias para armazenar e cultivar suas sementes tradicionais. Suas práticas relacionam-se a um profundo conhecimento sobre a biodiversidade, mantendo policulturas complexas no manejo dos agroecossistemas (ver Quadro).

AGRICULTORAS ATIVISTAS

Recentemente, algumas agricultoras mais jovens, integrantes da KWPA, que aprenderam a cultivar no sistema de agricultura industrial, começaram a questionar a necessidade de comprar insumos constantemente, como sementes e fertilizantes. Essas agricultoras ativistas também perceberam que era essencial tornar mais visível a importância do papel das mulheres camponesas na sociedade coreana. Elas decidiram focar seu trabalho no uso do conhecimento das mulheres sobre sementes para resgatar variedades tradicionais por meio da coleta e da multiplicação de sementes nativas. Além disso, as sementes camponesas simbolizam o conhecimento tradicional, a soberania alimentar e a preservação dos recursos genéticos, bem como o patrimônio cultural.

PLANTANDO SEMENTES

As primeiras sementes tradicionais que a Associação Camponesa de Mulheres de Hoengsoeng, que integra a KWPA, decidiu cultivar eram de feijões, que sempre desempenharam um papel importante na história da Coreia. Apesar de sua importância, era difícil encontrar sementes crioulas. Finalmente, as mulheres obtiveram sementes de uma ativista da rede Anti-Transgênicos da Coreia que conhecia pessoas com acesso ao banco de sementes da Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas. Cada integrante da associação recebeu três tipos de feijão para cultivar. A ideia era realizar um encontro um ano depois para trocar experiências e sementes. Dentre todas as mulheres, apenas uma conseguiu cultivar os grãos. E ela era justamente uma das avós. Ela era a única que detinha o conhecimento e as habilidades necessárias para multiplicar as sementes. Esse foi um momento importante para as ativistas da KWPA, que passaram a perceber que a troca de conhecimento e habilidades entre gera-



O trabalho das mulheres é central na seleção e na conservação das sementes tradicionais

ções de mulheres é fundamental para a construção de um movimento em defesa das sementes tradicionais. *As mulheres camponesas não têm diplomas em reprodução de sementes, mas são especialistas no assunto*, disse Yoon Keum Soon, uma ativista da KWPA de Seong-Ju.

Desde então, as ativistas vêm construindo um movimento de sementes tradicionais, que iniciou com a coleta de sementes e o registro do conhecimento ancestral das avós em suas comunidades. Suas atividades atingem todo o país e estão em franca expansão. As mulheres da KWPA agora atuam em mais de 15 cidades e oito províncias em toda a Coreia do Sul. Organizam festivais de sementes e publicam e disseminam informações sobre o direito dos camponeses às sementes. Além disso, merecem destaque duas das iniciativas inovadoras associadas ao movimento: as unidades comunitárias de produção sementes e uma cooperativa das agricultoras.

UNIDADES COMUNITÁRIAS DE PRODUÇÃO DE SEMENTES

Desde 2009, a KWPA criou mais de 20 unidades comunitárias de produção de sementes tradicionais. Apenas três delas recebem apoio governamental e a maioria é gerenciada por grupos de mulheres que dividem o trabalho, ainda que cada uma em sua própria parcela. Os cidadãos urbanos também ajudam a administrar várias dessas propriedades que, por sua vez, se tornaram locais onde crianças e adultos podem aprender sobre a importância das sementes crioulas.

Muitas foram as dificuldades para colocar em prática a produção de sementes tradicionais. Mesmo com anos de experiência agrícola, ainda há muito a aprender. Cada cultura requer diferentes métodos de cultivo, seleção e preservação. Por exemplo, Han Young Mee, uma agricultora de Hoengseong com mais de 20 anos de experiência na agricultura industrial, explica que, quando tentou preservar sementes, não teve sucesso porque ora os animais as comiam ora ela se esquecia de onde as havia armazenado. Além disso, quando ela não conseguiu cultivar algumas mudas de batata rosa crioula que obteve de outra localidade, tornou-se evidente que cuidar das sementes também exige entender o clima e o solo locais.

Para superar esses problemas, a KWPA desenvolveu um programa de orientação com as avós, o que foi até bastante fácil, já que a maioria das aldeias conta com um bom número de agricultoras tanto jovens como idosas. Quando elas se reúnem, compartilham seus conhecimentos de agricultura e culinária, aprendendo

umas com as outras. Com a ajuda da KWPA, muitas dessas mulheres registram suas lições para que mais agricultoras possam levar adiante a produção de sementes tradicionais. Um grupo integrante da KWPA na Ilha de Jeju, por exemplo, publicou um livro sobre o modo como as avós praticam a agricultura e cultivam e mantêm diversas sementes crioulas.

RECURSOS COMUNS

Em Haman, um condado no sul do país, um grupo de mulheres camponesas maneja de maneira coletiva 30 culturas diferentes em um lote de 0,2 hectare. Um desafio prático que enfrentam é o de administrar o tempo necessário para o trabalho na unidade de produção de sementes. A agricultora Han Swoung Ah explica como é difícil conciliar o cuidado com as crianças, o trabalho em sua própria unidade e o cultivo na parcela comunitária: *Eu briguei com meu marido muitas vezes pelo tempo que dedico à parcela comunitária. Ele fica zangado porque diz que eu negligencio o terreno da nossa família.*

Apesar dos desafios, a importância e o valor da comunidade se tornaram claros com a experiência das mulheres nas unidades de produção de sementes. Por exemplo, sem o apoio da comunidade, uma safra ruim de produção de sementes torna quase impossível o plantio no



Unidades comunitárias de produção revalorizam as sementes como um bem comum a ser aprimorado, conservado e defendido

próximo ano. No passado, os camponeses mantinham sua agricultura ao contarem com as comunidades locais, compartilhando sementes, trabalho, conhecimento e habilidades. Dessa forma, as sementes passavam pelas mãos de todos os membros da comunidade e por isso assumiam o caráter de bem comum. As unidades de produção de sementes comunitárias estão revivendo esse tipo de prática.

COOPERATIVA DE AGRICULTORAS

As integrantes da KWPA perceberam que era preciso não só construir a solidariedade entre as agricultoras, mas também fortalecer o elo com os consumidores. Elas desenvolveram então uma iniciativa de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), com o nome de *Jardim das Irmãs*, voltada para a entrega de cestas de alimentos. A CSA começou em 2009 como uma empresa social com o apoio do governo para pagar duas funcionárias. Recentemente, elas transformaram a organização em uma cooperativa, de modo que cada uma das 200 mulheres camponesas participantes se tornou associada. O sucesso da CSA tem sido tal que, em sete anos, passou de uma comunidade fornecendo cestas semanais para 100 famílias para 15 comunidades em toda a Coreia do Sul atendendo mais

de 2.000 famílias. Em contraste com o sistema industrial de distribuição de alimentos, os consumidores estão em comunicação direta com as produtoras, aprendendo sobre suas limitações sazonais e influenciando as decisões relacionadas aos plantios. Além de adquirir produtos sazonais a preços acessíveis, os consumidores estão se envolvendo cada vez mais no trabalho da KWPA, seja por meio de atividades voluntárias nas unidades comunitárias de produção de sementes crioulas ou participando de cursos de culinária tradicional realizados todos os meses em Seul.

A cooperativa também é vista como um sucesso em termos de empoderamento econômico das mulheres agricultoras. Particularmente no caso das avós que, de outra forma, têm dificuldades em acessar mercados convencionais para a venda de seus produtos. Nesse sentido, o enfoque que conecta produtoras e consumidores é fundamental para garantir uma compensação justa às agricultoras pelo seu trabalho.

SEGUINDO EM FRENTE

Um objetivo de longo prazo é produzir e vender mais culturas nativas através da Cooperativa Jardim das Irmãs e criar uma escola de Agroecologia para apoiar ainda mais esse intercâmbio entre gerações de mulheres. Para as agricultoras da KWPA, intensificar o vínculo entre o movimento em defesa das sementes crioulas e a cooperativa não apenas fortalece a relação entre as gerações de mulheres camponesas, mas também é uma oportunidade para forjar laços com outras organizações afins no Leste da Ásia. Os primeiros passos nessa direção foram dados entre 2015 e 2016, quando mulheres produtoras da KWPA visitaram e trocaram conhecimentos com integrantes do Fundo de Agroecologia da Comunidade (Caef, na sigla em inglês) em Surin, na Tailândia, e uma das organizações que compõem a Associação de Agroecologia da Via Campesina, Serikat Petani Indonésia. Dessa forma, mais pessoas poderão adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias para obter bons resultados com a Agroecologia. Em 2012, a KWPA recebeu o prêmio de soberania alimentar pelo seu trabalho.

HYO JEONG KIM

pesquisadora feminista na Universidade de Mulheres Ewha, cujo trabalho enfoca o ativismo transnacional, a economia social, a soberania alimentar e a Agroecologia na Ásia.
sheenkimm@gmail.com



Fotos: Clara Sales de Moraes



FEIRAS KRAHÔ DE SEMENTES TRADICIONAIS:

promovendo a soberania
alimentar e a conservação
da agrobiodiversidade

■ Clara Sales de Moraes, Terezinha Aparecida Borges Dias e
Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Agrobiodiversidade reúne a diversidade de espécies agrícolas – que se relacionam e interagem dentro dos múltiplos agroecossistemas – e a pluralidade dos conhecimentos tradicionais associados aos processos de cultivo (MACHADO et al., 2008). As sementes crioulas correspondem a variedades de espécies selecionadas, manejadas e cultivadas por agricultores, indígenas e membros de comunidades tradicionais. São, portanto, recursos de inestimável valor para a cultura dos povos.

Atualmente, a preocupação com a extinção das variedades de espécies cultivadas tem motivado um conjunto de estratégias voltadas à conservação da agrobiodiversidade, entre elas a promoção de feiras de trocas de sementes. Além de serem espaços de celebração da cultura camponesa e indígena, as feiras desempenham o papel de incentivar agricultores a resgatar e conservar as sementes tradicionais, assim como realizar o intercâmbio de conhecimentos e estimular a valorização das tradições alimentares.

O SURGIMENTO DAS FEIRAS KRAHÔ DE SEMENTES TRADICIONAIS

O desaparecimento de um grande número de sementes crioulas cultivadas por povos indígenas e comunidades tradicionais é uma realidade no contexto brasileiro. Além de aumentar os níveis de insegurança alimentar e nutricional, a perda de variedades tradicionais leva ao processo de erosão genética de espécies que possuem valor cultu-

ral e são tradicionalmente utilizadas em rituais e na alimentação cotidiana.

A etnia Krahô, cujo território está situado no nordeste do estado de Tocantins, pôde observar de perto esse fenômeno. Preocupados com a redução da diversidade de espécies e interessados em recuperar importantes sementes tradicionais de milho que estavam desaparecidas de suas roças, os Krahô foram orientados a buscar auxílio na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen). A partir dessa parceria, recuperaram as sementes tradicionais de milho que estavam conservadas no Banco de Germoplasma (Colbase) da Embrapa.

Motivados a resgatar outras sementes tradicionais e, dessa forma, recuperar e estimular a conservação da agrobiodiversidade, agricultores, lideranças Krahô, indigenistas e pesquisadores tiveram a ideia de promover feiras de trocas de sementes. Assim, no ano de 1997, foi realizada a I Feira Krahô de Sementes Tradicionais.



A Feira Krahô de Sementes Tradicionais aposta no fortalecimento da agrobiodiversidade indígena



Por meio da troca de sementes e conhecimentos, os organizadores estimulam a formação de uma rede que conecta as etnias próximas

OS PAPÉIS DAS FEIRAS DE SEMENTES NA CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE

Circulação de variedades de sementes crioulas

Na Feira Krahô, as trocas são feitas no pátio central da aldeia. Foram realizadas, desde 1997, dez feiras com periodicidade variável. As sementes, assim como outros produtos e plantas, são organizadas e dispostas pelos participantes em pedaços de tecidos ou esteiras de palha estiradas no chão do pátio.

O principal papel que as feiras de sementes desempenham é o de estimular e promover a recuperação e a conservação da agrobiodiversidade, por meio da circulação de variedades crioulas entre os agricultores que, por sua vez, multiplicam e manejam as sementes em suas roças e as conservam guardando em suas casas.

Além disso, esses momentos de troca de sementes em uma feira potencializam a disseminação das variedades, que podem ser multiplicadas e, assim, novamente trocadas entre agricultores locais e de outras regiões.

Troca de saberes e intercâmbio de conhecimentos

O intercâmbio de experiências entre povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e outros participantes é outro papel desempenhado pelas feiras de sementes.

Esse intercâmbio de saberes ocorre por meio do diálogo entre os agricultores participantes nos momentos de troca de sementes durante o evento. Ocorre também por meio de outras atividades que podem ser oferecidas na programação do encontro, como oficinas, rodas de conversa (mediadas por agricultores e representantes de instituições), mostras de vídeos, apresentações culturais e torneios esportivos.

Essas atividades possuem um caráter socioeducativo e contribuem para o compartilhamento e a difusão de saberes tradicionais, científicos e técnicos. Elas também colaboram para a criação, o desenvolvimento e o ensino de tecnologias sociais e para a construção de iniciativas de interesse coletivo.

A participação de representantes de instituições nesses encontros é bastante relevante, ao permitir a articulação entre organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino e pesquisa e os agricultores. As instituições podem oferecer apoio técnico e financeiro para a realização de novas feiras de sementes e outras ações voltadas para a conservação da agrobiodiversidade e para a promoção da soberania alimentar dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Uma iniciativa disseminada

A Feira Krahô tem incentivado outras etnias a realizarem feiras de sementes em suas regiões. Ao participar da VIII Feira Krahô, realizada em 2010, um grupo de indígenas da etnia Paresi se sentiu motivado a replicar a experiência. Então, no mesmo ano, os Paresi realizaram em seu território a feira chamada *Raiz, Planta e Cultura: intercâmbio de raízes e sementes das roças tradicionais, povo Paresi, MT*, que teve edições em 2010, 2011 e 2012 (DIAS et al., 2015). Dessa forma, além de favorecer a trocas de sementes, a feira cumpre um papel demonstrativo, com grande potencial para difundir essas iniciativas em outras regiões do país.

Outro aspecto a ser considerado é a importância do estímulo à organização de feiras em âmbito regional. Segundo Dias et al. (2014), ações regionalizadas se tornam mais eficientes porque promovem interações entre agricultores que possuem variedades de espécies e técnicas agrícolas similares. Garantem, portanto, uma maior adaptabilidade das sementes aos ambientes de cultivo e

incentivam a produção e a valorização de alimentos que compõem a cultura alimentar local.

UM ESPAÇO PARA PROMOVER A SOBERANIA ALIMENTAR

A conservação das espécies crioulas cultivadas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais é fundamental para a continuidade de práticas e costumes associados às suas identidades culturais. A soberania alimentar e os hábitos de alimentação desses povos e comunidades são fatores que estão diretamente relacionados à diversidade de variedades cultivadas em suas roças.

Quando o agricultor possui a semente, podendo multiplicá-la e conservá-la em seu território ou propriedade, ele deixa de depender das sementes comercializadas, muitas vezes transgênicas, que podem não ser adequadas à sua realidade local. É nesse aspecto que as feiras de sementes contribuem para a soberania alimentar dos agricultores, que passam a dispor de uma maior diversidade de espécies para serem cultivadas, além da autonomia para selecionar, manejar, reproduzir e conservar esses recursos genéticos.

Para além da troca de sementes, as feiras criam um ambiente de diálogo que possibilita levantar debates sobre políticas públicas, direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e saberes ligados à agricultura e à Agroecologia. Temas como meio ambiente, educação, saúde, entre outros, também são abordados, por serem reconhecidos como de interesse comum do público presente nas feiras. Trabalhar esses elementos é fundamental para a construção e a difusão do conceito de soberania alimentar.

A principal ferramenta de monitoramento das feiras é o levantamento e o registro dos participantes, das espécies e das variedades trocadas pelos agricultores. Dias *et al.* (2014) informam sobre o número de variedades, de povos indígenas e dos demais participantes de três grandes Feiras de Sementes Krahô. A partir desses dados, observa-se com mais clareza o fluxo das sementes crioulas e dos participantes, o que permite verificar se houve um aumento de espécies e variedades em circulação, assim como analisar o perfil e se houve o crescimento do número de participantes ao longo das edições realizadas. O monitoramento contínuo auxilia os organizadores a dimensionar a real contribuição das feiras de sementes para a conservação da agrobiodiversidade.

A experiência das Feiras Krahô de Sementes Tradicionais vem desempenhando, assim, o importante papel de resgatar e fortalecer parte da rica sociobiodiversidade de povos indígenas brasileiros e de países vizinhos, ao construir novos modos de

bem viver; unir saberes, expressões artísticas e culturais; promover a conservação da diversidade de sementes tradicionais; valorizar os produtos da sociobiodiversidade e os alimentos tradicionalmente cultivados e consumidos; e aproximar indivíduos para pensar e agir em favor da segurança e soberania alimentar dos povos indígenas.

CLARA SALES DE MORAES

bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB)
moraes.clara@gmail.com

TEREZINHA APARECIDA BORGES DIAS

pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
terezinha.dias@embrapa.br

MÔNICA CELEIDA RABELO NOGUEIRA

professora Adjunta da Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina
celeida@unb.br

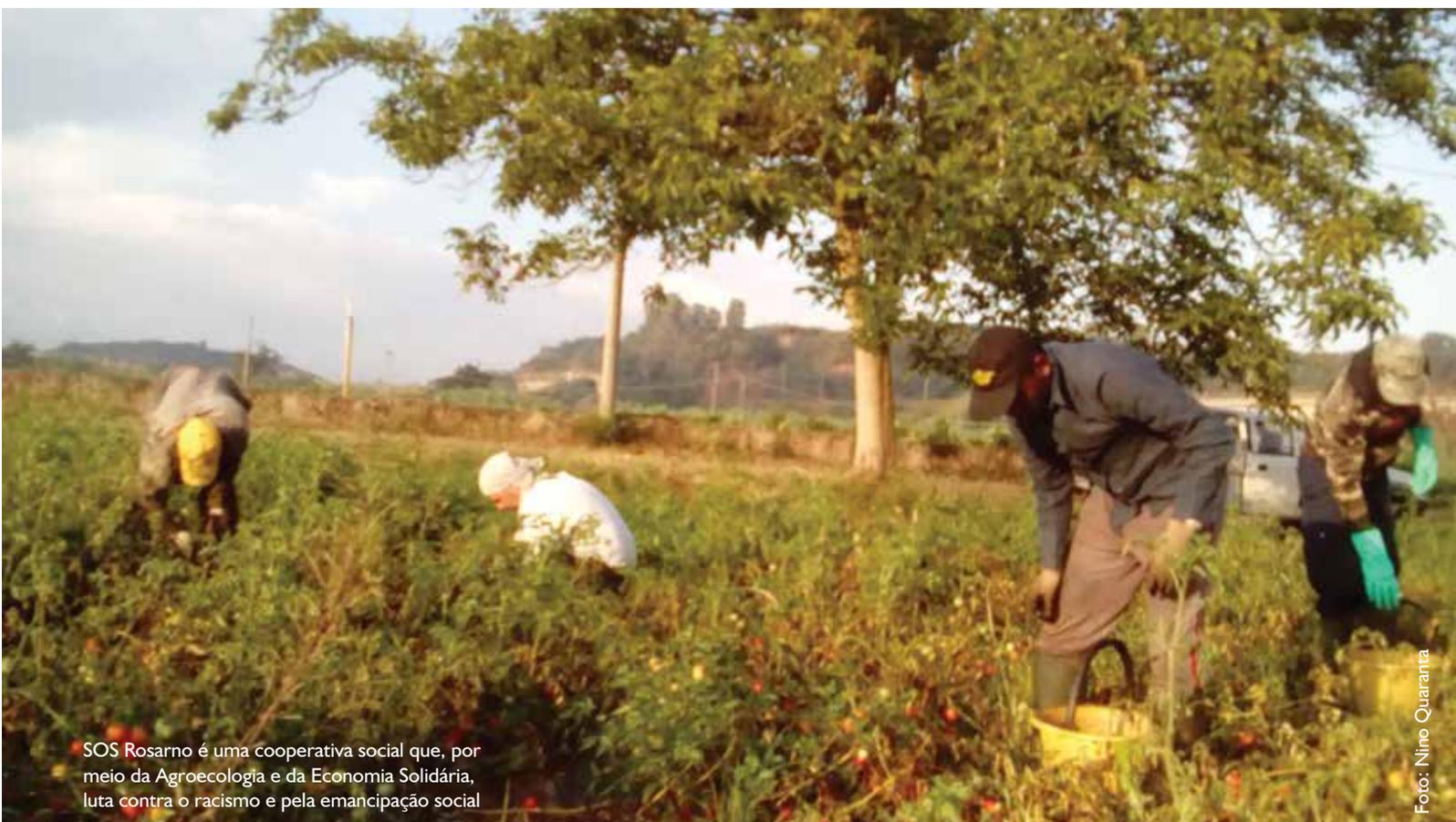
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORGES, J.C. **Feira Krahô de Sementes Tradicionais: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar**. 2014. 346 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- DIAS, T.; MORAES, C.S.; CASTRO, L.R.; MACIEL, M. Feiras de sementes em terras indígenas brasileiras. **Memórias del Congreso Latinoamericano de Agroecología**, 5. Argentina, La Plata, 2015.
- DIAS, T.A.B.; HAVERROTH, M.; FREITAS, F.O.; ANTUNES, I.F.; MACIEL, M.R.A.; MING, L.C.; FEIJÓ, C.T. Agrobiodiversidade indígena: Feira, guardiões e outros movimentos. In: SANTILLI, J. et al. **Coleção Transição Agroecológica**, v.2, p. 193-221. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2015.
- DIAS, T.A.B.; PIOVEZAN, U.; SANTOS, N.R.; ARATANHA, V.; SILVA, E, O. Sementes tradicionais Krahô: história, estrela, dinâmicas e conservação. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.11, n.1, p. 09-14, abr. 2014.
- MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006. (Série Biodiversidade, 20).

AGRICULTURA ÉTICA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO E AO RACISMO

■ Ibrahim Diabaté e Nino Quaranta

Embora grande parte da produção de alimentos na Europa dependa do trabalho de imigrantes, as pessoas geralmente não têm conhecimento das péssimas condições de trabalho e vida a que estão submetidos esses imigrantes. Da mesma forma, passam despercebidas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, que precisam lidar com os baixos preços impostos pelos grandes varejistas e grandes empresas produtoras. Na Calábria, sul da Itália, pequenos produtores e trabalhadores imigrantes estão se unindo para praticar o que eles chamam de agricultura ética. Em Almeria, sul da Espanha, trabalhadores de uma grande empresa fornecedora de alimentos orgânicos para o norte da Europa se associam aos consumidores para lutar por direitos trabalhistas.



SOS Rosarno é uma cooperativa social que, por meio da Agroecologia e da Economia Solidária, luta contra o racismo e pela emancipação social

Foto: Nino Quaranta

Ibrahim Diabaté, um dos autores desta história, saiu da Costa do Marfim e chegou à Itália há nove anos como imigrante legal, para estudar agricultura. Seu plano inicial não deu certo e ele então foi trabalhar em fábricas, mudou-se para diferentes cidades e acabou indo parar na Calábria, colhendo tangerinas e laranjas. Essa foi a trajetória de muitos outros imigrantes, legais e ilegais, que se instalaram no país para encontrar trabalho. A maioria deles vive em condições precárias, no frio, morando em guetos e ganhando muito pouco.

Enquanto isso, os citricultores recebem oito centavos por quilo de fruta. Mesmo os produtores de pequena escala não podem pagar adequadamente pela mão de obra com o preço que recebem por seus produtos. Com isso, a exploração de seus trabalhadores tornou-se um padrão para muitos.

UNINDO FORÇAS

No início de 2010, a população imigrante na cidade de Rosarno, um importante centro agrícola na Calábria, se insurgiu depois que dois imigrantes se feriram e organizou um protesto contra as condições em que os trabalhadores eram forçados a viver. Naquela época, Ibrahim participava de um comitê antirracismo.

Ele se mudou para Rosarno, onde entrou em contato com alguns moradores que ajudavam imigrantes fornecendo alimentos e produtos básicos. A partir daí, surgiu uma sinergia entre os dois grupos que resultou na criação do SOS Rosarno, primeiro como projeto, depois como associação. A SOS Rosarno reúne trabalhadores agrícolas e pequenos produtores sufocados pelos preços impostos pelos grandes varejistas. A associação é formada por 15 pequenos produtores de cítricos, azeite e mel,

bem como artesãos, pessoas que trabalham no setor cultural e 30 a 35 trabalhadores imigrantes. Em suas terras natais, esses imigrantes costumavam trabalhar como engenheiros, eletricitistas, motoristas ou contadores.

Juntos, eles visam atingir rendimentos adequados e justos, que respeitem padrões de remuneração mínimos, tanto para os trabalhadores agrícolas quanto para os produtores. Para isso, estabeleceram uma relação direta entre agricultores e cidadãos (não consumidores), criando cerca de 400 grupos de compra ética em todo o país. Uma característica importante dos grupos é o *preço transparente*, disponibilizado on-line para todos os usuários. Dessa forma, qualquer pessoa pode saber quanto do que ela paga remunera o trabalho dos produtores, dos trabalhadores assalariados e quanto cobre os demais custos de produção.

AGRICULTURA ÉTICA

A partir da SOS Rosarno, foi criada uma cooperativa social, a Cooperativa Mani e Terra (mãos e terra, em tradução livre). Formada por cinco italianos e sete trabalhadores imigrantes, a cooperativa garante a cada um de seus integrantes direitos iguais em termos de tomada de decisões. Nos últimos dois anos, a Mani e Terra tem alugado cinco hectares de terra para a produção durante o inverno e o verão. Os cooperados vendem seus produtos diretamente, seja para grupos de compras éticas ou para restaurantes da região.

Ao promoverem esse tipo de agricultura, estão fazendo uma declaração política: *agricultura ética* é diversificada, orgânica e com preços justos. Eles definem isso como cuidar da terra e praticar uma agricultura voltada para as pessoas que não visa o lucro. Acima de tudo, eles pensam na agricultura como meio de sustento e como forma de fornecer um bom produto para aqueles que o consomem. Para elas, pessoas ricas não devem ser as únicas a comer comida de qualidade.

A cooperativa trabalha pela diversificação e quer lutar contra a nova onda de racismo que está emergindo na Europa. Eles estão provando que é possível quebrar as barreiras linguísticas e culturais estabelecidas entre os habitantes locais e os imigrantes.

UMA GOTA NO OCEANO

Atualmente, não há demanda suficiente para produtos orgânicos na região. Esse é especialmente o caso das laranjas, que exigem mais trabalho para a colheita. Isso cria custos adicionais e resulta em preços que nem os produtores de pequena escala nem os cidadãos de menor renda podem pagar. Assim, ainda hoje, a maioria das laranjas orgânicas são vendidas abaixo do custo para grandes varejistas orgânicos ou mesmo são jogadas fora.

Na planície de Gioia Tauro, na Calábria, há cerca de três mil imigrantes sem moradia, sem emprego e sem comida. Empregar sete ou 30 deles não configura uma grande mudança, mas já é um exemplo. A SOS Rosarno está colaborando com diferentes redes no país, como a Associação Rural Italiana (ARI) e o Fuorimercato, que trabalha com distribuição direta de produtos agrícolas para cidades de toda a Itália, com foco nos direitos dos trabalhadores e no meio ambiente. Temos consciência que agora somos apenas uma gota no oceano. Mas sabemos também que existe uma ampla rede de pessoas e organizações construindo uma economia solidária que poderá se fortalecer.

IBRAHIM DIABATÉ E NINO QUARANTA

membros da SOS Rosarno e da Cooperativa Mani e Terra
ibrahimfxo@live.it, ninoquaranta@gmail.com

TRABALHADORES E CONSUMIDORES SE UNEM EM DEFESA DE DIREITOS NO SUL DA ESPANHA

Em Almeria, na Espanha, mais de 40 mil hectares de frutas e legumes são cultivados para abastecer os mercados das regiões norte e central da Europa. Mais de 130 mil trabalhadores, a maioria deles imigrantes, produzem e processam esses produtos em condições precárias.

Desde 2008, vários conflitos eclodiram em função das violações dos direitos dos trabalhadores por parte da empresa de produtos orgânicos Biosol. Mesmo em um contexto sociocultural em que a organização dos trabalhadores é extremamente precária e as leis, na maioria das vezes, se voltam contra eles, os trabalhadores ganharam força, aumentaram a sua capacidade organizacional e ampliaram a base de apoio à sua luta. Dessa forma, conseguiram obter o reconhecimento e o respeito por seus direitos. Essa conquista se deu graças à pressão combinada dos trabalhadores, do sindicato SOC-SAT na Espanha e dos consumidores no norte da Europa sobre a empresa. Cabe destacar a atuação dos consumidores alemães e suíços, que pressionaram os supermercados (Rewe, Coop e Migros) para suspender as compras da Biosol. Essa ação coordenada tornou possível reverter as demissões e concedeu uma compensação financeira aos trabalhadores que foram demitidos da empresa sem receber nenhum direito trabalhista.

O conflito mais recente envolveu seis trabalhadoras, integrantes do SOC-SAT, com contratos permanentes, que foram demitidas da Biosol por participarem de um documentário alemão sobre agricultura orgânica. Durante 14 meses, essas mulheres lutaram por seus direitos por meio de protestos, declarações públicas e uma greve de fome. Nesse caso, a campanha, apoiada por ativistas e consumidores no norte da Europa, conseguiu que a certificação orgânica, emitida pela Biosuisse, fosse suspensa até que os direitos das trabalhadoras fossem respeitados. Dois tribunais civis na Espanha decidiram em favor das mulheres declarando que elas não podiam ser demitidas por expressarem livremente idéias, críticas ou opiniões.

Agora, a atividade sindical do SOC-SAT por trabalhadores da Biosol foi reconhecida pela empresa como legítima. As mulheres realizam suas reuniões sindicais no local de trabalho e abertamente conduzem ações necessárias para continuar a proteger seus direitos e os de outros trabalhadores.



Greve de fome como medida extrema na luta por direitos

FEDERICO PACHECO
membro do SOC-SAT
pachecofederico@yahoo.es



Agricultura como ATO DE RESISTÊNCIA CIDADÃ NA GRANDE ISTAMBUL

■ Sevgi Ortaç

Assim como muitas outras cidades, Istambul vive sob forte pressão da especulação imobiliária. Diante dessa ameaça, o coletivo Dürtük contribui para o fortalecimento da agricultura de pequena escala na cidade e em seus arredores. Em meio à atmosfera violenta e sufocante de Istambul, essa iniciativa oferece alimentos produzidos localmente com preços justos aos moradores da cidade, além de atuar em defesa das históricas hortas urbanas.



coletivo Dürtük nasceu em 2015, como um espaço de convergência entre a luta pela democratização de áreas urbanas e o emergente movimento de soberania alimentar em Istambul. Dürtük é a sigla para Produtores e Consumidores em Resistência (Direnen Üretici Tüketiciler Kolektifi, em turco). Também significa *cutucar* ou *cutucada*, expressão que o coletivo considera leve e divertida para motivar uns aos outros a agir.

Toda segunda-feira, o coletivo elabora uma lista de hortícolas ofertadas por agricultores locais, estabelece uma tabela de preços justos e compõem uma lista de pedidos de seus membros. Às quintas-feiras, os produtos são levados para um distrito central de Istambul, onde os membros podem buscar suas encomendas e socializar entre si. Essas também são oportunidades para a realização de discussões sobre os assuntos urgentes relativos às hortas, que estão sempre sob a ameaça da expansão de projetos de transformação urbana.

UM TERRENO COMUM EM DEFESA DO DIREITO À CIDADE

Em 2013, protestos eclodiram em toda a Turquia em resposta à violenta repressão oficial às manifestações populares contra planos de urbanização que destruiriam o Parque Taksim Gezi, um dos poucos lugares verdes da cidade. Os protestos reuniram grande diversidade de pessoas e grupos que se opunham ao fechamento de espaços públicos, a projetos deletérios de transformação urbana, à devastação ecológica, bem como à contínua opressão e violência do Estado.

Depois da *Resistência de Gezi*¹, o movimento emergente continuou ativo nos bairros, assumindo a forma de debates, protestos, eventos de solidariedade, mercados livres, oficinas, hortas comunitárias e cooperativas alimentares informais. O Dürtük nasceu em meio a esse processo, reunindo diferentes experiências, atores e desejos.

UM AMBIENTE VIOLENTO E SUFOCANTE

É muito difícil, e de fato doloroso, olhar para trás agora e refletir sobre as expectativas, as emoções e os desejos que marcaram aquele momento. É doloroso porque nos últimos anos a opressão e a violência na Turquia atingiram níveis inimagináveis.

A guerra na Síria, os atentados do Estado Islâmico (Daesh), o fim do processo de paz na região curda da Turquia pelo Esta-

do e a tentativa de golpe em 2016 geraram uma polarização política em todo o país. Jornalistas, acadêmicos, professores e políticos estão sendo presos, cidades e bairros foram queimados e muitas vidas foram perdidas. Escolas, ruas e praças públicas não têm mais vivacidade. Esperanças, sonhos e até mesmo a mobilidade urbana vêm desaparecendo.

Perseverar com as atividades aparentemente singelas do Dürtük foi significativo na superação desse estado de paralisia. O coletivo não apenas apoiou os produtores, mas também manteve o ânimo de consumidores e cidadãos ativistas na tentativa de criar espaços de solidariedade.

BOSTANS - UMA HERANÇA ALIMENTAR

O Dürtük colabora com pomares e hortas de pequena escala situados no centro de Istambul, conhecidos como *bostans*, administrados por agricultores profissionais. Eles cultivam legumes, folhosas e outras ervas que podem ser colhidas várias vezes por semana. Os agricultores vendem em mercados livres, restaurantes e mercearias, mas também por meio do coletivo e diretamente do *bostan*. Seus métodos de cultivo combinam práticas herdadas de várias gerações e novas técnicas.

Embora apenas alguns permaneçam ativos atualmente, os *bostans* de Istambul historicamente ajudaram a alimentar a cidade. De fato, as pessoas dependiam dessas hortas para sobreviver durante os tempos de guerra e de fome. Hoje eles são considerados uma memória nostálgica irrelevante para a vida urbana. Mas nada poderia estar mais longe da verdade. Nos últimos anos, os *bostans* arregimentaram pessoas em defesa do patrimônio cultural, do direito à cidade e da agricultura urbana.

AS MURALHAS DE ISTAMBUL: DEFENDENDO E ALIMENTANDO A CIDADE

Um dos produtores com quem trabalhamos é Özkan Ökten. Ele trabalha em um *bostan* nos fossos do antigo forte de Bizâncio, chamado de Muralhas de Teodósio de Constantinopla, reconhecidas como Patrimônio Mundial da Unesco. Özkan, na faixa dos 40 anos, também dirige uma organização sem fins lucrativos que visa apoiar os antigos e novos *bostans* de Istambul e garantir condições de trabalho adequadas para os agricultores.

Özkan e cerca de 20 outras famílias ganham a vida cultivando os fossos das muralhas. Trata-se da segunda ou terceira geração de agricultores que migraram para Istambul para ganhar a vida. O desenvolvimento da atividade agrícola nesses fossos está intimamente ligado à história das muralhas, que remonta ao século V. Assim, as muralhas e os *bostans* juntos representam o grande saber-fazer urbano sobre como defender e alimentar a cidade.

¹ Após violenta repressão da polícia, um protesto pacífico no centro de Istambul, em 2013, liderado por um grupo de ambientalistas que se manifestavam contra a derrubada de árvores no Parque Taksim Gezi, converteu-se em uma onda de manifestações por todo o país, levando milhões de cidadãos às ruas para se manifestarem contra o governo.



O reconhecimento público da agricultura urbana protege um patrimônio histórico ameaçado pela especulação imobiliária



NOS ÚLTIMOS ANOS, OS *BOSTANS* ARREGIMENTARAM PESSOAS EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DO DIREITO À CIDADE E DA AGRICULTURA URBANA.

A horticultura continua sendo a atividade mais relevante nos fossos e em torno da zona murada. Embora mantenha a região ativa e produtiva, essa prática é negligenciada tanto como meio de conservar a área quanto como patrimônio cultural. Nos últimos anos, alguns dos *bostans* mais antigos e dinâmicos, conhecidos como *Yedikule Bostanları*, foram destruídos pela prefeitura para dar lugar a um parque que levará à gentrificação dos bairros vizinhos.

O BOSTAN DA MESQUITA: AMEAÇAS E RESISTÊNCIA

O *bostan* da Mesquita Piale Paxá (Piyalepaşa Camii Bostanı, em turco) de Istambul é bastante ativo, mas ainda assim está sob ameaça, já que em 2013 havia um projeto para convertê-lo em um estacionamento. Mehmet e Cemile, um casal com cerca de 60 anos, lutam para manter o *bostan* funcionando no centro de Istambul. A história do *bostan* está intimamente relacionada com a da mesquita, tendo sido uma fonte de renda para a mesquita desde o século XVI. Uma improvável aliança de ativistas, advogados, arqueólogos e historiadores se mobilizou para protegê-lo. Os ativistas não só evitaram que o *bostan* se tornasse um estacionamento, como também conseguiram que o mesmo fosse registrado como um marco histórico patrimonial em 2015.

Esse foi um caso exemplar de como a terra agrícola pode ser reconhecida como patrimônio cultural. Mas o governo municipal e as empresas de construção civil continuam a pressionar Mehmet e Cemile para se mudarem para outro lugar. O mais recente boato é que o *bostan* será transformado em uma horta que sirva como uma atividade de lazer para o município, da qual se possa obter lucro.

Há outras razões de incerteza quanto ao futuro desse *bostan*. Mehmet e Cemile são idosos e não têm força suficiente para cultivar toda a terra. Devido aos baixos preços dos





Pressão imobiliária ameaça áreas urbanas historicamente ocupadas com agricultura

produtos agrícolas e ao igualmente baixo status social da agricultura no país, seus filhos não têm interesse em manter a atividade.

SEM RECONHECIMENTO, SEM SEGURANÇA

Ter especuladores ligados a planos de desenvolvimento urbano constantemente batendo à sua porta não é a única preocupação de agricultores como Mehmet e Cemile. Embora os *bostans* estejam localizados em zonas bem centrais da cidade e sejam cercados por áreas residenciais, os agricultores lutam para obter preços justos pelos seus produtos. O problema é que eles não podem competir com os preços dos alimentos importados e industrializados.

Além disso, ainda que os agricultores tenham cultivado a área por gerações, há muita insegurança na posse da terra e eles podem ser despejados a qualquer momento. Como as parcelas não são oficialmente reconhecidas como áreas agrícolas, eles não podem se registrar formalmente como agricultores. Isso significa que não são reconhecidos pelas políticas agrícolas e não têm acesso a programas públicos de seguridade social. A combinação de todas essas condições

precárias faz com que os agricultores dos *bostans* hesitem em fazer investimentos de longo prazo.

CULTIVANDO A ESPERANÇA

Taksim, onde fica a base do coletivo Dürütük, tem sido palco de muitas manifestações e marchas políticas. É um lugar historicamente conturbado. Atualmente, as manifestações são proibidas e um estado de emergência está em vigor desde a tentativa de golpe em 2016. A polícia está em toda parte, o que fez com que muitas pessoas tenham receio de ir a Taksim, comprometendo o aumento do número de encomendas. Não foi possível realizar grandes reuniões no ano passado e também há dificuldades em encontrar voluntários dispostos a dedicar seu tempo às operações e atividades do Dürütük.

Mesmo sem muitos pedidos semanais, os membros do coletivo continuam trabalhando, sempre tentando organizar eventos, piqueniques e participando de mercados solidários para captar novos membros. Tentam assim manter viva a discussão sobre como prosseguir e desenvolver a organização, sobre soberania alimentar e outros temas, como economias alternativas e a adoção do modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em diferentes países. O coletivo também se reúne com outras organizações para trocar experiências e ganhar força.

A rotina semanal das reuniões do Dürütük representa um espaço promissor que congrega horticultores, agricultores, consumidores, ativistas e outros cidadãos que se apoiam mutuamente e trocam experiências sobre como lidar com situações de precariedade. O coletivo Dürütük promove, assim, a convergência entre a necessidade de salvar e defender áreas agrícolas e o trabalho de preservar e reproduzir a vida cotidiana na cidade.

SEVGI ORTAÇ

membro do coletivo Dürütük, artista visual e pesquisador
durtukgirdibostana@gmail.com/ sevgiortac@gmail.com)
<https://www.facebook.com/durtuk/>



Fotos: Acervo MST

Circuitos curtos de comercialização aproximam produtores e consumidores de alimentos saudáveis

OS MERCADOS ALIMENTARES DA REFORMA AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL

■ Estevan Felipe Pizarro Muñoz e Paulo André Niederle

A expansão das corporações transnacionais e do capital financeiro no setor agroalimentar tem sido capaz de proporcionar a circulação global de commodities de maneira cada vez mais rápida e em enorme escala. Isto se deve, dentre outras coisas, à desregulamentação dos mercados, à privatização dos recursos comuns e à concentração de poder econômico. Dentre as consequências, estão problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional, incluindo crises de saúde coletiva decorrentes do uso de agrotóxicos e transgênicos e do ultraprocessoamento dos alimentos. Para as populações rurais, além dessas questões, o processo de desterritorialização da agricultura – que desconecta e descontextualiza processos produtivos e culturas regionais – tem impactado a capacidade de resiliência dos agroecossistemas e o tecido sociocultural das comunidades (PETERSEN, 2013; PLOEG, 2008; HOLT-GIMÉNEZ, 2012; CRUZ et. al., 2015).

Diante desse cenário, inúmeras iniciativas de redes alternativas de produção e consumo têm sido constituídas como *contramovimentos* a esses processos (POLANYI, 2000). Um exemplo disso são as ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais agrários que se agrupam sob a bandeira da Agroecologia e da soberania alimentar e que têm ganhado força nos últimos anos. Este artigo analisa as estratégias adotadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista a construção social de mercados alimentares no município de Porto Alegre (RS). O texto tem como base a pesquisa realizada entre 2016 e 2017, por meio de entrevistas com lideranças das organizações dos assentados da reforma agrária e observações *in loco* das experiências de comercialização.

ENTRE A CONVENCIONALIZAÇÃO E O ENRAIZAMENTO DOS MERCADOS ALIMENTARES

Considerando os diferentes circuitos de comercialização analisados em nosso estudo, é possível verificar a conformação de, pelo menos, três tipos distintos de mercados. O primeiro abarca as feiras livres, o comércio virtual e as organizações de consumidores, em que predomina uma lógica de *mercados cívicos*, ou seja, em que há um forte componente ético na ação econômica.

Esse tipo de circuito se encaixa no debate das Redes Alimentares Alternativas e é o que mais escapa ao controle direto do capital, representando uma resistência à dinâmica das corporações transnacionais, ao se apoiar em outras compreensões e práticas econômicas para além da convencional. Mesmo assim, tensionamentos ocorrem na medida em que determinadas feiras livres são *funcionais* às estratégias dessas corporações, como é o caso das feiras realizadas em shoppings centers de Porto Alegre, onde nota-se uma articulação da lógica cívica dos movimentos sociais com as lógicas mercantis e estéticas. Ou seja, quando o público que fre-





quenta tais mercados alimentares está principalmente motivado pelo que Guivant (2003) denominou de *ego-trip*, que representa uma busca individual pelo cuidado com a saúde e o bem-estar pessoal, e/ou quando se trata de consumidores de ocasião, dada a facilidade e conveniência do ato de frequentar shoppings centers.

Por outro lado, esse improvável encontro tem o potencial de proporcionar importantes transformações nos mercados. De acordo com os estudos de Darolt (2012) e Rover (2011), nesses mercados de proximidade, a relação consumidor-vendedor pode extrapolar a pura troca mercantil/monetária e promover o compartilhamento de experiências de produção e de vida, expectativas de novos alimentos e formas de preparo. Assim, gera a construção da confiança mútua, questão-chave para a reciprocidade das ações coletivas e dos mercados enraizados, ou seja, mercados imersos e incrustados em relações sociais (SABOURIN, 2009; POLANYI, 2000).

O segundo tipo de mercado analisado refere-se ao ponto varejista de comercialização, onde nota-se uma inevitável hibridização entre as lógicas cívica e estética. Por se tratar de um ponto permanente de venda, localizado no centro de Porto Alegre, um dos pontos comerciais mais tradicionais da cidade, aberto em horário comercial e com a conveniência de diferentes formas de transação comercial, a Loja da Reforma Agrária atrai um perfil heterogêneo de consumidores. Por um lado, há aqueles com um poder aquisitivo relativamente alto, cujos padrões de interação, dispositivos de julgamento, conhecimentos, significados e identidades são marcados por uma racionalidade individualista e hedonista (GUIVANT, 2003). Por outro lado, há consumidores que se identificam com distintas demandas cívicas – reforma agrária, Agroecologia, soberania alimentar, economia solidária, etc. –, que procuram o estabe-



... AÇÕES COLETIVAS
PROMOVIDAS PELOS
MOVIMENTOS
SOCIAIS AGRÁRIOS
QUE SE AGRUPAM
SOB A BANDEIRA DA
AGROECOLOGIA E DA
SOBERANIA ALIMENTAR
TÊM GANHADO FORÇA
NOS ÚLTIMOS ANOS.

lecimento por questões ideológicas, destacando valores como confiança, reciprocidade e cooperação. A integração das lógicas cívica e estética também pode ser identificada na comercialização em exposições e eventos. A exceção, neste caso, fica por conta dos eventos temáticos específicos, tal como a Feira da Economia Solidária e a Feira da Reforma Agrária, que atraem um público de consumidores politizados.

Por fim, o terceiro grupo identificado é formado pelas vendas dos alimentos da reforma agrária nos supermercados e minimercados. Como esperado, neste grupo predomina uma lógica industrial e uma racionalidade instrumental, ou seja, seus valores estão baseados na economia convencional e em critérios como escala de comercialização e estruturas empresariais profissionalizadas.

Ao longo das duas últimas décadas, os supermercados se tornaram atores dominantes dos sistemas alimentares, apropriando-se da maior parcela do valor agregado e representando o principal modo de abastecimento das sociedades urbanizadas. Paradoxalmente, o fornecimento de alimentos da reforma agrária para as diferentes modalidades varejistas (supermercados e minimercados) é, segundo entrevistas realizadas com lideranças do MST, a única maneira de, no contexto atual, democratizar e massificar o acesso da maioria da população a alimentos saudáveis, especialmente diante da incidência de *desertos alimentares* nas periferias dos municípios.

Cada um desses mercados mobiliza distintas lógicas que estão em permanente conflito. O desafio que tem se apresentado de maneira cada vez mais relevante está em articular as estratégias de comercialização, de modo que coexistam e se complementem tendo em vista a contraposição ao crescente controle exercido pelas corporações, possibilitando a expansão de um contramovimento (POLANYI, 2000) aos processos de desenraizamento dos mercados. Tal cenário se torna mais complexo diante do risco de convencionalização e apropriação das lógicas cívicas e estéticas pelos atores dominantes no setor agroalimentar, tais como os shoppings centers ou os supermercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudamos as atuais estratégias mobilizadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária, em consonância com o MST, para a construção social dos mercados alimentares no município de Porto Alegre. Esse processo se expressa de forma clara nas redes alternativas de produção e consumo, tais como os circuitos curtos de comercialização, as feiras livres, os grupos de consumo, as associações e cooperativas descentralizadas, bem como as experiências de agricultura urbana, de consumo local e de valorização de alimentos tradicionais. Cumpre destacar que os circuitos convencionais de comercialização, tais como supermercados e minimercados, também são construções sociais, onde a lógica industrial predomina, mas que hoje convivem com críticas éticas e estéticas que abrem espaço para alimentos com qualidades diferenciadas.

As estratégias utilizadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária em Porto Alegre se caracterizam pela diversificação de canais de comercialização, o que implica um conflito permanente entre diferentes lógicas. Cada um desses mercados exige uma postura diferenciada dessas organizações no que se refere ao relacionamento com os consumidores e fornecedores e à mobilização de estruturas físicas, conhecimentos e dispositivos institucionais. As entrevistas realizadas com as lideranças indicam que não se trata apenas de uma disputa de um mercado empresarial capi-



talista. Trata-se da construção social de mercados que garantam a viabilidade multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural) dos empreendimentos da reforma agrária, amparados pelos princípios da cooperação e da Agroecologia, ao mesmo tempo em que se articula com as bandeiras políticas que organizam os movimentos sociais.

Como destacam Grisa e Schneider (2015), ao longo das duas últimas décadas, as políticas públicas tiveram papel fundamental na estruturação de alternativas econômicas para a agricultura familiar. Uma nova geração de políticas poderia potencializar ainda mais a construção de novas redes alimenta-

**...AO LONGO DAS DUAS
ÚLTIMAS DÉCADAS,
AS POLÍTICAS PÚBLICAS
TIVERAM PAPEL FUNDAMENTAL
NA ESTRUTURAÇÃO DE
ALTERNATIVAS ECONÔMICAS
PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR.**

res para os produtos da agricultura familiar, da reforma agrária e das comunidades tradicionais.

No entanto, as mudanças levadas a cabo após o golpe que destituiu o governo Dilma Rousseff demonstram que, ao invés de uma nova geração de políticas, o que está em curso é um processo de desconstrução das políticas existentes, com destaque para aquelas mais inovadoras, como é o Programa de Aquisição de Alimentos. Apesar disso, está claro que uma transformação mais expressiva dos sistemas agroalimentares passa pela capacidade dos movimentos sociais em construir novos mercados. Sem o apoio de políticas públicas será muito mais difícil fazê-lo, mas isso não altera o fato de que a construção de novos circuitos de produção e consumo precisa fazer parte do repertório de ação dos movimentos sociais que possuem a soberania alimentar como bandeira, o que também implica uma aproximação com os mundos dos consumidores e, portanto, um diálogo com seus valores éticos e estéticos.

ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

professor do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
estevanpmunoz@gmail.com

PAULO ANDRÉ NIEDERLE

professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
pauloniederle@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CRUZ, FT.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Produção, consumo e abastecimento de alimentos:** desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

DAROLT, M.R. **Conexão ecológica:** novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUIVANT, J.S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 6 n. 2, p. 63-81, 2003.

HOLT-GIMENEZ, E. Food movements united! **Future of Food.** Journal on Food, Agriculture and Society, v. 1, n.1, p. 85-87, 2013.

McMICHAEL, P. Food Regime for Thought. **Coloquium Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice:** linkages and challenges. ISS, 2016.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F.M. (Orgs.) **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROVER, O. (2011) Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da rede Ecovida de agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 47-63, 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond: Rio de Janeiro, 2009.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do "Mercado". In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Por normas sanitárias mais justas e inclusivas – em defesa da Comida como Patrimônio

E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

■ Juliana Dias, Mónica Chiffolleau, Rosângela Pezza Cintrão, Vanessa Schottz e Juliana Casemiro



A comida de verdade é salvaguarda da vida. (...) Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos. (Manifesto Comida de Verdade – 5ª CNSAN)



conceito de *Comida de Verdade* (BRASIL, 2015) fornece bases críticas para os gigantescos desafios e problemas provocados

peelo sistema alimentar dominante, alicerçado nos interesses de grandes corporações que dominam toda a cadeia produtiva, levando, por um lado, à concentração de terras e ao uso crescente de agrotóxicos e, por outro, a um estreitamento da base alimentar e ao consumo de alimentos industrializados. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), os alimentos industrializados ultraprocessados¹ tendem a afetar negativamente não apenas a saúde, mas também a cultura, a vida social e o meio ambiente.

A defesa da Comida de Verdade nos possibilita conectar as diferentes dimensões da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), ao afirmar que uma alimentação promotora de saúde e de direitos precisa ser diversificada, produzida em bases ambientais e sociais justas, livre de contaminantes, integrada às culturas alimentares e às tradições dos povos e populações e ser regionalmente contextualizada (BRASIL, 2015).

Nos últimos anos, porém, vêm se intensificando as denúncias sobre a inadequação da legislação sanitária, que tem perseguido e colocado na ilegalidade alimentos da nossa sociobiodiversidade, criando barreiras à sua comercialização, inclusive para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os alimentos mais afetados são aqueles com maior valor agregado, como os produtos de origem animal (queijos, carnes, pescados, mel, ovos) e os processados (bebidas, doces, geleias e polpas de frutas, farinhas, massas, biscoitos).

A regulação sanitária vem se apresentando, assim, como um elemento chave da estrutura concentradora e excludente do sistema alimentar hegemônico, favorecendo a oferta de alimentos industrializados produzidos em grande escala, entrando em conflito com os princípios e as diretrizes da Política Nacional de SAN.

¹ Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014 p.43), ultraprocessados são formulações industriais feitas inteira ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes).

Por essa razão, o apoio às lutas e mobilizações pela construção de normas sanitárias mais justas, inclusivas e adequadas assume um papel central na agenda do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)².

O FBSSAN E A LUTA POR RESPEITO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS ALIMENTARES

Se for mudar nosso jeito de produzir o alimento, com nosso tacho de cobre, com a nossa colher de pau, a gente prefere não comercializar. Não vamos nos adequar a uma coisa que está fora da nossa realidade e que vai na contramão da nossa cultura. (Agricultora familiar participante da Oficina *Qualidade, segurança e riscos nos alimentos: modelos de produção em disputa e desafios para a construção de normas sanitárias inclusivas*, pré-Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, 2018)

Esse depoimento traz a voz de quem está na resistência diária para manter seus modos de fazer e de comer. Conforme observa Ploeg (2008), as lutas sociopolíticas se fazem não somente por meio de manifestações explícitas, como as ações sindicais, mas também nos campos e nas cozinhas.

A disputa pelo sentido de *qualidade* é percebida pelo FBSSAN como uma estratégia relevante:

É preciso repensar a relação que temos com os alimentos, fortalecendo-os como elemento identitário, considerando as diferentes dimensões envolvidas, sem se restringir a aspectos meramente nutricionais e sanitários. Sustentamos ser possível e necessário adotar uma concepção de qualidade baseada no respeito às práticas e culturas alimentares tradicionais, ao mesmo tempo em que se fornecem alimentos adequados e saudáveis à população, com normativas mais inclusivas (Carta Política do VII Encontro Nacional FBSSAN, 2013, p. 3).

Nesse VII Encontro, que teve como tema *Que alimentos (não) estamos comendo*, ressaltou-se o poder dos conglomerados transnacionais em determinar o que comemos ou deixamos de comer, culminando com o *processo de commoditização e artificialização dos alimentos*, que coloca em risco a diversidade alimentar brasileira (FBSSAN, 2013).

² O FBSSAN é uma rede que articula organizações, movimentos sociais e ativistas na luta por Soberania Alimentar e pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para saber mais, acesse: <<https://fbssan.org.br>>.



A Campanha *Comida é Patrimônio*, lançada pelo FBSSAN em 2015³, tem por objetivo valorizar as diferentes identidades, saberes e modos de vida que compõem a riqueza das regionalidades culinárias do país, nas suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. A campanha envolve estratégias de comunicação e ações de mobilização, formação e incidência política, conectando a cultura à luta por soberania alimentar e por um sistema alimentar mais justo, equitativo, sustentável e saudável.

QUEM DITA AS REGRAS PARA AS NORMAS SANITÁRIAS?

Normas sanitárias pra quê e para quem? foi o tema de seminários organizados durante os III e IV Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), chamando a atenção para o fato de que as normas sanitárias não são neutras ao estarem permeadas por disputas e interesses econômicos.

Os parâmetros e as definições de qualidade e segurança sanitária dos alimentos são determinados em nível internacional pelo *Codex Alimentarius*⁴, que foi construído tendo como referência o comércio mundial de alimentos. No entanto, essas normas foram gradativamente direcionadas a favorecer as condições para a produção em grandes escalas, o transporte em longas distâncias e maiores tempos de prateleira, atendendo aos circuitos longos de produção e comercialização (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

³ Ver mais em: <<https://fbssan.org.br/mobilizacao/>>.

⁴ O *Codex Alimentarius* é um conjunto de normas técnicas, procedimentos e práticas, concebido a partir da reunião de comissões de especialistas internacionais indicados pelas indústrias e pelos governos dos países. Foi criado pelas indústrias alimentícias e, desde a década de 1960, é gerido conjuntamente com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), ambos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), na década de 1990, o Codex passou a ser referência para a dissolução de controvérsias no comércio internacional.

Para que os países possam exportar alimentos (e o Brasil é um grande exportador de carnes, por exemplo), são pressionados a fortalecer seus sistemas de fiscalização sanitária e a incorporar, em suas legislações nacionais, os parâmetros internacionais, procedimento denominado *harmonização*. No entanto, essas mesmas normas regulam os mercados locais e regionais, dificultando a permanência de produtos produzidos em pequena escala (CINTRÃO, 2017).

Ploeg (2008) observa que os sistemas alimentares que se organizam em circuitos longos e mercados globais constituem *impérios alimentares*. Os impérios assumem a forma de grupos de agrogêncio, indústrias e grandes varejistas, mas seu poderio se expressa também em leis, modelos científicos e tecnologias, muitas vezes impulsionados por mecanismos estatais, que impõem à sociedade regulações de caráter político e econômico. Conformam uma rede coercitiva e um sistema de ordenação, com um conjunto de conexões



Depoimentos dos que enfrentam as contradições das normas sanitárias no IV Encontro Nacional de Agroecologia

complexas, multiníveis e cada vez mais monopólicas. Consideramos que as normas sanitárias são um dos elementos desses sistemas de poder, amparados também por pesquisas científicas. É assim, por exemplo, que leis sanitárias chegam a proibir a criação de frangos e porcos nos quintais em regiões onde se instalam grandes granjas industriais. Como denunciam as organizações de agricultores familiares agroecológicos no Oeste de Santa Catarina, enquanto reprimem a agricultura familiar, essas leis costumam ser condescendentes com produções de animais em escalas cada vez maiores, que criam ambientes desequilibrados, por concentrarem animais com o sistema imunológico debilitado pelo estresse, com uso intensivo de antibióticos e acúmulo de resíduos. Da mesma forma, a legislação sanitária vem sendo *tolerante* com a produção de grãos para rações, que exige níveis crescentes de agrotóxicos.

Os impérios alimentares afirmam que o mundo nunca teve alimentos mais seguros como agora. No entanto, um conjunto de escândalos alimentares acontecidos a partir dos anos 1990, como a doença da vaca louca, a gripe aviária e a peste suína, desvela os

riscos tecnológicos desse modelo industrial gerador de desequilíbrios ambientais, aumentando os riscos de surgimento de novos patógenos (PLOEG, 2008).

Longe de serem neutras e *estritamente científicas*, como quer fazer crer o *Codex Alimentarius*, as normas sanitárias foram construídas para e pelo modelo produtivo dominante. Oprime e dificultam outras lógicas e formas de produção, que estão na base das culturas alimentares e dos circuitos curtos. Há, no entanto, distintos modelos em disputa e, como observa Ploeg (2008), os circuitos



**OS ÓRGÃOS
REGULADORES
NÃO LEVAM EM
CONTA, NA ANÁLISE
DE RISCOS, AS
ESCALAS DE
PRODUÇÃO E
AS REALIDADES
REGIONAIS.
DESCONSIDERAM
SABERES LOCAIS
E TRADIÇÕES
CULTURAIS.**

curtos e descentralizados de produção, processamento e comercialização de alimentos coexistem e ainda são importantes, configurando espaços de resistência.

A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA E AS LUTAS POR NORMAS INCLUSIVAS

A regulação sanitária de alimentos no Brasil se encontra dividida entre os setores de saúde e de agricultura, nos vários níveis de governo (NOLETO, 2016). Caracteriza-se por uma multiplicidade de competências e de normas (portarias, resoluções e instruções normativas). É fragmentada, complexa e de difícil acesso à produção em pequena escala.

O setor de agricultura, coordenado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), regula os produtos de origem animal e bebidas (incluindo polpas de frutas). O Mapa é responsável pelo Selo de Inspeção Federal (SIF), necessário para a exportação e a comercialização dos produtos de origem animal entre os estados. Já as secretarias de agricultura dos estados e municípios podem fornecer selos de inspeção estadual e municipal para produtos que circulem exclusivamente em seus territórios.

O setor de saúde é coordenado pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), esta responsável pela regulamentação dos alimentos processados de origem vegetal. As Visas estaduais e municipais executam as normas e fiscalizam todos os produtos no comércio.

Os órgãos reguladores, entretanto, não levam em conta, na análise de riscos, as escalas de produção e as realidades regionais. Desconsideram saberes locais e tradições culturais. Obrigam os produtores de alimentos tradicionais, artesanais e de base familiar e camponesa a adotar processos que os aproximam da industrialização e da artificialização dos alimentos, com custos elevados e que os afastam de aspectos socioculturais inerentes ao seu modo de produção (CONSEA, 2018).

Em 2012, a oficina *Normas sanitárias para alimentos de produção artesanal, familiar e comunitária* foi um marco na luta por normas mais inclusivas, na articulação de diversos movimentos sociais e pesquisadores e no diálogo com o governo (ISPN, 2012). No mesmo ano, um espaço importante de negociação com a Anvisa foi aberto com a realização de diversos eventos e reuniões para construir uma legislação sanitária voltada para a agricultura familiar, microempreendedores individuais e empreendimentos da Economia Solidária, o que resultou na aprovação, em 2013, da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa n. 49 (RDC 49/ 2013).

Tal resolução foi uma importante conquista porque, pela primeira vez, o governo federal reconheceu a necessidade de proteção às culturas alimentares e de normas sanitárias diferenciadas para a produção em pequena escala (SCHOTTZ et al., 2014; ANVISA, 2014). Mas um dos grandes desafios continua sendo a sua efetiva implementação. Os maiores avanços têm se dado por meio da realização de seminários, encontros e reuniões envolvendo técnicos das Visas e representantes da sociedade civil (agricultura familiar, conselhos de segurança alimentar e nutricional, consumidores, técnicos e pesquisadores de diferentes formações). É preciso, contudo, garantir a formação dos comitês estaduais do Programa de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (Praissan), com uma composição interdisciplinar e intersetorial e com ampla participação da sociedade civil. Só assim será possível disputar os sentidos de termos como qualidade e risco para a construção de uma nova racionalidade das normas sanitárias.

Outro desafio é conseguir simplificar e unificar as normas sanitárias para a agricultura familiar, dado que a RDC/49 vale apenas para os produtos regulados pela Anvisa, e não para bebidas nem produtos de origem animal (CONSEA, 2018). Estes, aliás, estão



entre os que têm maior dificuldade de legalização. Conforme ressalta Diva Deitos, agroecologista e coordenadora da Associação dos Pequenos Produtores do Oeste Catarinense (Apaco), essa é a dura realidade enfrentada pelos produtos coloniais tradicionais na sua região, como queijos e embutidos (DIAS; CHIFFOLEAU, 2017).

Sucessivas tentativas de negociação têm sido feitas com o Mapa, buscando superar essas dificuldades. A criação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), em 1998, foi reflexo dessa mobilização, visando permitir que um produto com selo estadual ou municipal pudesse circular em âmbito nacional. O Suasa, no entanto, só foi regulamentado em 2006 e, conforme observa Leomar

Prezoto, consultor que acompanhou o processo, ao invés de se aproximar da realidade dos municípios, continuou com a mesma lógica anterior (DIAS; CHIFFOLEAU, 2017). Além de fechado à participação social, o Mapa segue referenciado no modelo industrial para as exportações. Mais recentemente, as lutas em defesa dos queijos artesanais vêm abrindo espaços de diálogo com o ministério. Algumas Instruções Normativas reconheceram a necessidade de uma legislação diferenciada para a produção artesanal e para as indústrias de pequeno porte, mas ainda estamos distantes de uma legislação verdadeiramente inclusiva (NOLETO, 2016; CONSEA, 2018).

Vale enfatizar que não se trata de flexibilizar o código sanitário, mas sim re-discutir os conceitos que o norteiam, considerando as diferenças de escala e modos de produção e suas relações com o território.

OCUPE A CULTURA ALIMENTAR

As inadequações da legislação sanitária à realidade diversificada brasileira impactam a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e a Soberania Alimentar, na medida em que favorecem a oferta de alimentos industrializados e ultraprocessados nos mercados formais e institucionais, em detrimento daqueles mais saudáveis e produzidos em pequena escala. Comprometem também as lutas pela *Comida de Verdade* e pelo fortalecimento de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes, que têm na promoção dos modos de produção de base familiar e artesanal e na Agroecologia alguns dos seus principais eixos norteadores. Esses sistemas dependem do resgate e da valorização da agrobiodiversidade e das culturas alimentares, bem como da construção, da preservação e do fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, que aproximam produtores e consumidores.

Ao apoiar as culturas alimentares, fortalecemos redes de solidariedade e de

resistência que se encontram muitas vezes isoladas, às margens do sistema dominante, mas que buscam transgredir esses limites, por meio de afetos, compartilhamentos e novas composições. A autonomia, a responsabilidade e a confiança são valores importantes da sociedade e fazem parte da gramática do modo de produção camponês. As diversas populações rurais desenvolvem soluções locais, simples e seguras, com a sua própria identidade e que compreendem uma ordenação do mundo que se contrapõe à dos mercados globais.

Até que ponto agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais têm que abrir mão da sua identidade e autonomia para se adequar às normas sanitárias impostas pela indústria? Ou são as normas que têm que se adequar a eles? Entre a cultura alimentar e as normas sanitárias, há todo um campo de disputa onde, embora se busquem soluções políticas no interior das instituições, não se deve deixar de resistir e pressionar de fora para dentro, fortalecendo as redes já existentes. Todos podemos encampar essa luta. Esta é a convocação da campanha Comida é Patrimônio: #OcupeACulturaAlimentar.

JULIANA DIAS

membro do FBSSAN e pós-doutoranda do Nutes/UFRJ
juliana.gourmet@gmail.com

MÓNICA CHIFFOLEAU

doutoranda PPG-HCTE/UFRJ
monichiffolleau@yahoo.fr

ROSÂNGELA PEZZA CINTRÃO

colaboradora do FBSSAN

VANESSA SCHOTTZ

professora do curso de Nutrição da UFRJ Campus Macaé, integra a coordenação do FBSSAN e é conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)
vanessaschottz32@gmail.com

JULIANA CASEMIRO

Professora do curso de Nutrição da UERJ, integra a Secretaria Executiva do FBSSAN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução RDC n. 49/2013** - Inclusão Produtiva com segurança sanitária - Norma comentada. 2014. Brasília, DF: Anvisa. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33856/2846016/Inclus%C3%A3o+produtiva+com+seguran%C3%A7a+sanit%C3%A1ria+-+RDC+49+de+2013+-+norma+comentada/e1a-fdb25-f1fa-49db-afdd-0d974d46bdd6>>.

BRASIL. 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Comida de verdade, no campo e na cidade. **Relatório Final**. Brasília, DF, 2015. 144 p. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf>.

CINTRÃO, Rosângela P. Comida, vigilância sanitária e patrimônio cultural: conflitos entre políticas públicas. **Revista Ruris**, v. 8, n. 2, p. 147-173, set/2014.

CINTRÃO, Rosângela P. Segurança Alimentar, riscos, escalas de produção - Desafios para a regulação sanitária. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 5, n. 3, p. 3-13, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Exposição de Motivos N.º 03/2018** - Regulação sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. 23 pp. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/exposicoes-de-motivos/2018/em_03_2018_consea-l.pdf>.

CRUZ, Fabiana Thomé; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Rev Bras Agroecol.**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Mónica. Normas sanitárias, culturas alimentares e padronização do gosto: O que está em risco na hora de assegurar a qualidade dos alimentos. **FBSSAN**, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://fbssan.org.br/2017/10/normas-sanitarias-culturas-alimentares-e-padronizacao-do-gosto/>>.

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Carta Política de Porto Alegre** - VII Encontro do FBSSAN 2013. 6 pp. Disponível em: <http://rs.caritas.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/07/Carta-Pol%C3%ADtica-de-Porto-Alegre_FBSSAN.pdf>.

INSTITUTO SOCIEDADE POPULAÇÃO E NATUREZA. **Relatório final da Oficina Normas Sanitárias para alimentos de produção artesanal, familiar e comunitária**. Brasília, DF: Instituto Sociedade População e Natureza; 2012. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/categoria/eventos/page/2/>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2014.

NOLETO, Rodrigo. **A Produção brasileira de alimentos e as dificuldades enfrentadas para sua regularização sanitária**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, p. 1-7, 2016. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/a-producao-brasileira-de-alimentos-e-as-dificuldade-senfrentadas-para-sua-regularizacao-sanitaria/>>.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS; 2008.

SCHOTTZ, Vanessa; CINTRÃO, Rosângela P.; SANTOS, Rosilene M. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. **Vigil Sanit Debate**, v. 2, n. 4, p. 115-23, 2014.

A premissa é que a soberania alimentar extrapole a sua condição de bandeira política de resistência dos povos do campo de modo a fazer sentido para o conjunto da sociedade...

Renato Maluf, página 6

A soberania alimentar e os hábitos de alimentação desses povos e comunidades são fatores que estão diretamente relacionados à diversidade de variedades cultivadas em suas roças.

Clara Sales de Moraes et al., página 20

... ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais agrários que se agrupam sob a bandeira da Agroecologia e da soberania alimentar têm ganhado força nos últimos anos.

Estevan Muñoz e Paulo Niederle, página 30

Até que ponto agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais têm que abrir mão da sua identidade e autonomia para se adequar às normas sanitárias impostas pela indústria? Ou são as normas que têm que se adequar a eles?

Juliana Dias et al., página 39

ACESSE: www.aspta.org.br/agriculturas